

Brasil pode ser condenado por esterilização de índias

ONG americana vai denunciar Governo brasileiro junto à ONU e à OEA por omissão na proteção da população indígena

Isabel de Paula

• BRASÍLIA. A esterilização de índias pataxós hã-hã-hãe no Sul da Bahia pode levar o Governo brasileiro ao banco dos réus por descumprimento de convenções internacionais contra crimes de genocídio e de defesa dos direitos humanos. O Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil), organização não-governamental sediada em Washington, nos Estados Unidos, pretende encaminhar o caso às Nações Unidas, na forma de denúncia política, ou à Organização dos Estados Americanos (OEA) para providências judiciais por violação aos direitos humanos. As pressões internacio-

nais podem resultar numa condenação ao Brasil semelhante à ocorrida em 1985, quando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA considerou o país omissor por não proteger os índios ianomâmis.

—O Governo brasileiro poderá ser responsabilizado pelas violações aos direitos dos pataxós, obrigado a pagar indenização à comunidade indígena e punido por omissão— disse Beatriz Galli, representante do Cejil no Brasil.

PT pede cassação de mandato de parlamentar acusado

O PT entrou ontem na Câmara com o pedido de cassação do mandato do deputado Roland La-

vigne (PFL-BA), acusado de ter patrocinado as cirurgias de ligaduras de trompas em troca de votos. Na representação contra Lavigne, feita com base na reportagem publicada no GLOBO, o PT diz: "Um membro da Câmara dos Deputados promoveu durante o ano de 1994, em troca de benefícios eleitorais um verdadeiro genocídio contra a já reduzida parcela de índios pataxós existentes no Sul da Bahia." Na terça-feira, o PT apresentará no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Bahia o pedido de cancelamento do registro de candidatura de Lavigne, que tenta a reeleição.

—O caso é de genocídio e demonstra os métodos criminosos

usados pelo deputado para a compra de votos na Bahia. Por isso, ele tem de ser cassado e não pode concorrer nas próximas eleições— disse o deputado federal Luiz Alberto (PT-BA).

O escândalo da esterilização em massa de índias no Sul da Bahia é considerado o caso mais grave de violação aos direitos indígenas no país nos últimos anos. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pediu a intervenção do Cejil porque considera que o Governo brasileiro desrespeitou a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, de 1948, à qual o Bra-

sil aderiu em 1952. A convenção considera o genocídio um crime contra o direito internacional que deve ser reprimido por todos os países signatários.

Cimi diz que Governo se omitiu depois que soube do fato

O Cimi alega que o Governo não tomou providências para evitar a esterilização das índias, nem depois, quando soube do caso. Em parecer encaminhado ao Cejil, o Cimi responsabiliza a Funai por omissão. "É evidente a grave omissão da União Federal no caso, uma vez que a Funai nada fez para prevenir as ocorrências ou para punir os seus responsáveis, ferindo assim o artigo 231 da

Constituição Federal (proteger e fazer respeitar todos os bens indígenas)." Mais adiante, diz o texto: "Ao que parece, não fosse a investigação e denúncia do caso pela imprensa, e sua repercussão nacional e internacional, provavelmente até o momento o órgão indigenista oficial não teria sequer se pronunciado a respeito."

—Assim que a Funai tomou conhecimento dos fatos encaminhou denúncia ao Ministério Público e pediu abertura de inquérito. Se o Cimi sabia dos fatos antes porque não os denunciou à Funai, ao Ministério Público e aos organismos internacionais?— retrucou Sulivam Silvestre, presidente da Funai. ■

